

PARTICIPAÇÃO, AUTONOMIA E CO-GESTÃO NA ESCOLA PÚBLICA

EDIÓGENES ARAGÃO SANTOS
da Unicamp e da PUC—SP

RESUMO

Este artigo trata de uma mobilização ocorrida numa escola pública de 2.º grau em São Paulo, no ano de 1983, buscando soluções coletivas para os problemas vivenciados no cotidiano escolar, em especial o alto grau de seletividade presente neste nível de ensino. A tomada de consciência da ineficiência, inadequação, baixa qualidade do ensino oferecido leva ao questionamento da escola de 2.º grau com suspensão das aulas, greves, assembleias, manifestações e a exigência, junto aos órgãos oficiais, de maior autonomia, poder de decisão, participação e co-gestão da escola. Discutimos também os avanços e limites da mobilização, onde os conceitos de autonomia, participação e descentralização ficam restritos aos da democracia liberal burguesa e não engendram formas de ação e intervenção na realidade social e educativa.

SUMMARY

The article concerns a mobilization that took place at a public senior high school in São Paulo, in 1983, in a search for collective solutions to the school's daily problems, especially the high level of selectivity present at this school level. The mobilization aimed at overcoming current difficulties in social and educational relations within the school. As students and teachers became aware of the inefficiency, inadequacy of educational contents and low quality level of the schooling that was offered, as well as its excessive selectivity, they began to question it. This led to strikes, adjournment of classes, manifestations and to the demand that state educational authorities allow schools a greater degree of independence, participation and self-management. We discuss the limits to mobilization. The concepts of independence, participation and decentralization are restricted to those of a liberal bourgeois democracy, which do not engender forms of action and intervention within social and educational reality.

Os acontecimentos que serão apresentados ocorreram na EESG Prof. Ayres de Moura no período de abril de 1983 a maio de 1984. Estes acontecimentos devem ser vistos na perspectiva que se colocava para setores da sociedade brasileira da época, ou seja, a mobilização em torno da redemocratização do país e das instituições representativas da sociedade civil.

No âmbito específico da educação de 2.º grau, é necessário remontar, porém, a períodos anteriores para que essa mobilização seja contextualizada adequadamente.

A proposta de reforma e democratização do ensino de 2.º grau, via profissionalização, através da Lei 5692/71, em pleno milagre econômico, não levou em consideração as condições materiais concretas do sistema educacional brasileiro.

A promulgação da Lei 7044/82, fazendo cessar a obrigatoriedade da profissionalização do ensino de 2.º grau, além da substituição de "qualificação para o trabalho" por "preparação para o trabalho" em nada alterou o quadro altamente seletivo presente neste nível de ensino.

Pesquisa realizada (Franco, 1984) revelava que o conteúdo veiculado não abordava temas e problemas que favorecessem a discussão do significado da inserção profissional e social dos jovens que frequentam o 2.º Grau, majoritariamente inseridos no mercado de trabalho.

A tomada de consciência dos jovens estudantes da EESG Prof. Ayres de Moura sobre sua realidade educativa e social levou-os à mobilização e à greve, conscientes de que a escola não estava cumprindo com o seu papel, e de que a má formação recebida estava contribuindo ainda mais para sua exclusão da estrutura ocupacional.

A má formação, sem nenhum *savoir-faire* específico, faz destes jovens uma mão-de-obra barata; em momentos de crise, estagnação ou recessão econômica, são os primeiros a perderem seus empregos. Repensar a escola de 2.º grau, redefinir seu papel, significa sobretudo conhecê-la para compreender quais as relações existentes entre educação e poder, entre educação e classes sociais e porque são os filhos das classes trabalhadoras de baixa renda (0 a 2 salários mínimos) que estão fora do sistema escolar.

O CONTEXTO POLITICO E EDUCACIONAL DA MOBILIZAÇÃO

A compreensão da mobilização ocorrida na escola estadual de 2.º grau Prof. Ayres de Moura deve ser inserida no quadro de redemocratização da sociedade brasileira no período pós 80. No caso de São Paulo, a proposta do candidato André Franco Montoro (1982) propunha a participação dos cidadãos nas decisões através do binômio "participação e descentralização".

Do ponto de vista educacional, o contexto a partir do qual deverão ser compreendidos os acontecimentos que relataremos remonta, em nosso entender, à expansão da escolarização obrigatória de 4 para 8

anos (1972). A democratização da escola de 1.º grau fez com que camadas sociais, antes excluídas, tivessem acesso ao 2.º Grau. Mas não podemos nos esquecer de que foi a partir de 1968, com a ampliação do acesso ao ginásio a todos os egressos do primário, originando a expansão dos ginásios noturnos, que a relação quantidade/qualidade exigia ser tratada com a devida seriedade.

O baixo rendimento do sistema escolar na sua totalidade, em particular dos cursos noturnos, levou a Secretaria da Educação de São Paulo a iniciar, a partir de 1981, uma série de estudos e avaliações para um diagnóstico da situação no Estado de São Paulo, resultando na elaboração do chamado "Projeto Noturno" em 1982. É dentro do espírito de democratização nas relações entre o Estado e Sociedade que foi divulgado um Documento de Trabalho (São Paulo, 1983) para todas as escolas da rede pública de 1.º e 2.º graus, com o objetivo de abrir espaços institucionais para que os problemas existentes nas escolas pudessem ser amplamente discutidos. Este documento é de fundamental importância para nosso estudo, pois através dele, pela primeira vez, o Estado reconhece publicamente que o baixo rendimento do sistema escolar é de responsabilidade da escola e dos órgãos que a administram, propondo, através da Resolução SE n.º 118/83, que os principais problemas existentes na escola pública sejam discutidos abertamente pelos órgãos responsáveis pela administração, gestão, direção e por professores e alunos.

O documento em referência identifica como principais problemas a serem enfrentados, entre outros: ausência de uma política educacional, improvisação, excesso de legislação e providências administrativas, insuficiência de vagas, deficiência qualitativa. Com relação à autonomia da escola (item VI do referido documento) reconhece que "a autonomia conferida pela Lei 4024/62 nunca tinha se efetivado e que a equipe escolar no interior das escolas tinha se transformado em funcionários burocráticos que devem cumprir ordens e dos quais não se exige que eduquem. Coloca a autonomia como comprometimento com o ideal democrático de educação, como condição necessária para a melhoria do ensino, pois capaz de instalar a convivência democrática, formando homens livres, críticos e criativos", mesmo a partir de condições sociais, políticas e econômicas adversas. Autonomia, descentralização e participação eram metas do governo do Estado de São Paulo. O documento representava um compromisso do Estado com o setor educacional, reafirmando como essencial a autonomia do processo educativo, que só poderia ser atingido a partir da tomada de consciência das possibilidades de atuação da escola em face da clientela e da comunidade, construindo um projeto educacional concreto.

A Secretaria da Educação, considerando o baixíssimo rendimento do ensino noturno, deu na ocasião andamento ao Projeto Noturno. O Documento de Trabalho (São Paulo, 1983), passou a ser discutido em todos os órgãos centrais, regionais e nas unidades escolares. Selecionaram 152 escolas para a implanta-

ção da proposta. A escola onde ocorreu a mobilização que descreveremos não foi selecionada, mas alguns professores, já envolvidos com o processo de democratização da sociedade e da escola, aproveitaram o espaço aberto através do referido documento e iniciaram discussões e reflexões sobre os problemas e barreiras existentes na EESG Prof. Ayres de Moura, na tentativa de definir uma nova proposta educacional.

Sabemos que o acesso à escola e a duração da escolaridade estão diretamente relacionados às condições sociais e econômicas, que condicionam, por sua vez, a trajetória escolar e ocupacional. Os estudantes passaram a questionar o sentido e a validade de estarem dentro ou fora do sistema escolar, enquanto alguns professores, mais conscientes de seus compromissos com a educação e com a classe trabalhadora de baixa renda, começaram a discutir os efeitos da democratização do ensino no período pós 70.

Procedimentos metodológicos

Tomamos conhecimento dos acontecimentos ocorridos na EESG Prof. Ayres de Moura através de um dos professores da escola que, implicado na luta pela melhoria do ensino público, contou-nos sua versão dos acontecimentos, lamentando que as respostas dadas pelo Estado, via Secretaria da Educação, se restringissem a medidas burocráticas e administrativas. Portanto, nossa ida à escola não foi casual e sim em função dos dados fornecidos por este professor. Dada sua versão dos acontecimentos, devemos deixar claro que houve negociação com os participantes, na medida em que optamos por escutar os professores que mais se envolveram no movimento, o mesmo ocorrendo com os estudantes. Na primeira visita que fizemos à escola, solicitamos a disponibilidade daqueles que representavam para nós os diferentes interesses presentes no movimento e no espaço pedagógico.

Após a discussão na equipe, sobre qual a metodologia mais adequada para o estudo da mobilização ocorrida, optamos pelo estudo de caso¹. Utilizamos técnicas do trabalho de campo tanto da Sociologia como da Antropologia, buscando nossos dados e informações através de:

1. entrevistas abertas junto à direção, professores e alunos;
2. documentos produzidos pelos estudantes e professores;
3. textos selecionados da literatura educacional pelos professores;
4. anotações de campo, provenientes das visitas à escola, ao bairro e à Administração Regional, a cuja jurisdição está submetida a escola;
5. negociações com participantes do estudo;
6. ofícios encaminhados à Delegacia Regional da Capital 1 relatando a suspensão dos professores;
7. informações provenientes da imprensa escrita;
8. informações provenientes da 1.ª Delegacia de Ensino;

9. projeções avançadas para 1984, a partir dos dados do Censo de 1980.

As informações foram coletadas em diferentes momentos, durante e após o processo de mobilização, e provinham das fontes já enumeradas. Para as entrevistas com a direção, professores e alunos, foram construídos roteiros que continham os temas participação, autonomia, barreiras a serem superadas para a construção da escola democrática ou ainda a descentralização. O tempo de permanência no campo foi de 3 meses. Decidimos não entrevistar os pais devido a sua restrita participação no movimento. A apresentação dos acontecimentos se fez através da análise dos relatos dos envolvidos na mobilização. É importante notar-se, porém, que não houve homogeneidade tanto nos relatos quanto na forma de participação dos principais protagonistas desta mobilização: o corpo docente e o discente.

A mobilização decorreu a partir da tomada de consciência sobre a ineficiência, inadequação, seletividade e baixa qualidade do ensino oferecido. Foi dentro do espírito de autonomia, participação, descentralização do Documento de Trabalho n.º 1 que a escola se organizou, se mobilizou para que a proposta da melhoria do ensino fosse viabilizada.

A construção da escola democrática iniciou-se na EESG Prof. Ayres de Moura com uma discussão sobre "a escola que queremos e a que temos". Esse processo de mobilização no interior da escola compreendeu *grossa modo* quatro fases, mas neste artigo retivemos apenas dois eventos para análise: o Congresso e a greve. As quatro fases poderiam ser caracterizadas da seguinte maneira:

- reuniões internas entre os três segmentos para identificação dos problemas, com produção de textos para discussão em sala de aula;
- realização de um Congresso envolvendo professores, alunos, funcionários e pais, buscando um "diagnóstico" da escola e dos problemas prioritários, assim como meios e recursos necessários para sua solução;
- greve de solidariedade realizada e organizada pelos estudantes contra a suspensão, pela Direção, dos professores que mais participaram do movimento;
- conflito generalizado com a Direção, levando a mobilização a sair dos muros da escola, ganhar as ruas, sensibilizando a comunidade, ampliando-se na grande imprensa e terminando com o afastamento da Direção, 8 meses depois.

Características do bairro, da clientela e da escola

A EESG Prof. Ayres de Moura está localizada no subdistrito de Vila Jaguara, formando com mais 60 vilas a administração Pirituba-Perus. Estas vilas sur-

¹ Participou do Estudo de Caso e levantamento dos dados a pesquisadora Roberta Azzí.

giram progressivamente ao desenvolvimento da região; faziam parte de três antigas fazendas de café pertencentes a famílias tradicionais e de influência política na época: a fazenda Barreto, de propriedade de um médico e político de prestígio de então; a do Brigadeiro Tobias Barreto e a terceira, a mais antiga, deu origem a inúmeros sítios, chácaras e, posteriormente, a novas vilas. Essa última era a fazenda Jaraguá, conservada ainda hoje em parte, e pertencente ao governo do Estado. A partir dos anos 20 as três fazendas foram loteadas, dando origem à formação de novas vilas, um das quais é a Vila Jaguará, onde está localizada a escola em estudo (Ortiz, 1970).

Esta situa-se a 1 km da Via Anhanguera, dispondo de infra-estrutura urbana: água, luz, esgoto, calçamento e transporte a 200 metros. O subdistrito Vila Jaguará apresentava, no Censo de 80, uma população de 71.805, abrigando, em 1984, 80.450 habitantes².

Nas visitas realizadas no bairro não constatamos a presença de favelas, apesar da existência de vários núcleos habitacionais.

Como se observa na Tabela 1, a seguir, a renda das famílias que habitam o subdistrito de Vila Jaguará, cujos filhos freqüentam a EESG Prof. Ayres de Moura e alguns bairros limítrofes, como por exemplo Vila Menck em Osasco, assim se distribuíam em salários mínimos de 1984.

TABELA 1

Renda familiar em salários mínimos da população residente em Vila Jaguará — São Paulo — 1984

CLASSES DE RENDA	N	%
0 — 3 SM	15.889	19,7
3 — 5 SM	24.884	31,0
5 — 12 SM	33.086	41,1
+ de 12 SM	6.591	8,2
TOTAL	80.450	100,0

Fonte: Projeções avançadas para 1984, a partir do Censo de 1980; São Paulo, 1982.

Estes dados revelam que 50% da população do subdistrito de Vila Jaguará localiza-se na faixa de até 5 salários mínimos, podendo ser classificada como não-carente ou muito pobre, em relação aos demais subdistritos que integram a região. Queremos esclarecer que, apesar de 41,1% dos moradores estarem situados na faixa de 5 a 12 salários mínimos, isto não nos autoriza a fazer afirmações categóricas sobre o nível sócio-econômico, pois não nos foi possível determinar se a maioria está mais próxima dos 5 ou dos 12 salários mínimos.

O levantamento dos dados dos 5 subdistritos pertencentes à 1.ª Delegacia de Ensino (Brasilândia, Pirituba, Vila Jaguará, Jaraguá e Perus) mostra que existiam, na época, 99.627 jovens na faixa etária de 7 a 14 anos que, teoricamente, deveriam estar fre-

qüentando o 1.º Grau e 49.736 entre 15 e 18 anos, potencialmente no 2.º Grau. O número de escolas estaduais, segundo informações da SE/SP, era de 42, sendo 37 de 1.º Grau e 5 de 2.º, com 5.016 alunos matriculados no 2.º Grau, mostrando enfaticamente a defasagem entre a oferta e a demanda potencial, pois, além desses, apenas 601 freqüentavam as duas escolas da rede particular. No entanto, o subdistrito de Vila Jaguará não é considerado carente pela 1.ª Delegacia, pois possui 8 escolas, dentre as quais 7 oferecem ensino de 2.º grau, ocorrendo mesmo vagas ociosas.

O Decreto de criação do então Ginásio Estadual Prof. Ayres de Moura (GEPAM) data de 24-07-1965. Até então funcionava no prédio somente uma escola primária. A criação do 2.º Grau ocorreu, em 03-06-1970, passando portanto a funcionar no prédio os três níveis de ensino. O Colégio Estadual Prof. Ayres de Moura funcionou na Vila dos Remédios até a construção do prédio atual, cuja instalação ocorreu em 1973. Em 1972, com a expansão obrigatória da escola primária de 4 para 8 anos, o GEPAM passou a receber o nome de EEPG José Altenfelder da Silva. O prédio atual do EESG Prof. Ayres de Moura foi oficialmente ocupado em 1976.

Segundo relato dos alunos, a escola passou por duas fases qualitativamente diferentes: a primeira, da criação até 1978, onde a demanda era duas vezes superior à oferta, obrigando a direção a fazer anualmente exames de seleção para os ingressantes. Nessa época, a escola era considerada de boa qualidade pelos alunos e famílias. Na segunda fase, marcada pela deterioração das condições de trabalho e ensino oferecido (posterior a 1978) e caracterizada pelos conflitos entre professores e direção, assim como entre esta e a comunidade, as famílias passaram a retirar seus filhos da escola alegando falta de organização, lentidão administrativa, deficiência do ensino, instabilidade do corpo docente e falta de compromisso da direção na resolução dos problemas colocados. Esses fatores provocaram o esvaziamento atual, pois em 1984 a escola apresentava-se com 1/3 de sua capacidade ociosa, sendo que havia vagas no período diurno e noturno, permanecendo fechada no vespertino. Após a mobilização, a escola passou a oferecer como habilitação o curso de magistério, com especialidade na área de Pré-Escola e o curso de 2.º Grau, propedêutico, com duração de 3 anos.

A escola possuía, na época da mobilização, 38 professores, 22 em caráter temporário (ACT), 2 CLT e 14 efetivos; um Diretor e 8 funcionários. Estavam matriculados, em 1984, 1.004 estudantes, sendo 471 no diurno e 533 no noturno. Dos estudantes do noturno, como esperado, 401 trabalhavam, o que equivalia a uma inserção de 75,2% no mercado de trabalho, enquanto no diurno nenhum estudante trabalhava.

A análise dos dados quantitativos relativos a 1983 mostrou-nos que o índice de reprovação do diurno

2 Fonte: Projeções avançadas para 1984 a partir do Censo de 1980 (São Paulo, 1982).

era relativamente baixo (6,1%), enquanto no noturno atingia 19,7% dos estudantes. Outro dado que chamou a atenção, e que exigiu um exame minucioso por parte dos diretamente implicados no processo ensino-aprendizagem, foi o alto índice de desistência na 1.ª série do 2.º Grau, representando 58,1% dos estudantes do curso noturno.

Até hoje a escola está localizada numa área de 6.671 m² possuindo 26 salas de aula, quatro laboratórios: dois de Física, um de Química e um de Biologia. Além disso, possui salas especiais para: artes industriais, práticas agrícolas e duas salas de desenho com pranchetas. As dependências para professores e funcionários administrativos, em número de doze, são salas amplas e bem iluminadas. A escola conta ainda com uma espaçosa biblioteca.

A MOBILIZAÇÃO DO PONTO DE VISTA DOS PROFESSORES

De acordo com o depoimento de alguns professores, o fato gerador da mobilização foi a ausência constante da Direção. A escola estava sendo dirigida, já há alguns anos, por uma Assistente de Direção que administrava de forma eficiente os problemas burocráticos e de gestão que surgiam. Esta Assistente foi afastada em novembro de 1982 e a escola, com as ausências da Direção, permaneceu acéfala. Os professores resolveram, então, assumir a escola coletivamente, organizando-se em grupos de estudos para que tivessem um quadro geral dos problemas a serem enfrentados, das reivindicações dos três segmentos e para buscarem juntos propostas e soluções, aproveitando o espaço aberto institucionalmente com o Documento de Trabalho n.º 1 (São Paulo, 1983).

Para outros professores, porém, a mobilização assumiu o caráter e o encaminhamento que teve por possuir um corpo docente estável (1/3 são efetivos), estar bem localizada geograficamente, e porque o movimento grevista de 1978 teria contribuído para o desenvolvimento de consciência dos professores, aumentando sua participação em conselhos, associações e entidades de classe e assumindo até cargos de Direção. Foram unânimes, no entanto, quando afirmaram que os problemas vinham se acumulando e encontraram terreno propício para sua ebulição quando da realização do Congresso.

A decisão da realização do Congresso foi aceita, em reunião, com a participação significativa dos professores, para discussão do Documento de Trabalho (São Paulo, 1983).

O Centro Cívico ficou encarregado da organização do Congresso, enquanto professores e alunos deveriam produzir ou reproduzir textos sobre educação que seriam distribuídos e discutidos em sala de aula, visando a preparação para a realização das plenárias. O embate maior, durante as reuniões preparatórias, se deu em torno da questão da paridade: alguns professores lutavam pela igualdade nas votações. Apesar dos conflitos, os professores chegaram

à conclusão de que não havia razões para cercear a participação dos alunos em igualdade de condições e, como eles, terem poderes iguais nas deliberações e decisões que seriam tomadas durante o Congresso. Os alunos deveriam se organizar por grupos, eleitos como representantes de classes. Estes grupos, após leitura e discussão dos documentos com os companheiros, deveriam levar as reivindicações e propostas a serem votadas nas plenárias.

Os textos produzidos e/ou selecionados por professores e alunos tratavam das razões e do funcionamento do ensino noturno, do direito e dever do Estado em garantir uma educação de qualidade, da fragmentação do conhecimento nos currículos, da participação do aluno na escola e na sociedade, entre tantos outros temas.

Esses textos foram discutidos em sala de aula durante dez dias antes da realização do Congresso.

O Congresso realizou-se de 29-06 a 01-07-1983, com plenárias pela manhã e à noite. Os estudantes, eleitos por seus pares, em grupos de 20 pessoas, formavam 25 grupos representativos do conjunto discentes e com poder de deliberação. Deram início ao Congresso questionando: Quem somos? Quais são nossas necessidades? Qual o papel e a função da escola de 2.º grau? Que medidas e ações efetivas poderiam ajudar a integração social e profissional que buscamos? Como diminuir os índices de evasão e repetência, tornando a escola menos seletiva? Como integrar a comunidade na resolução dos problemas educacionais? Por que o despreparo dos professores quando os alunos afirmam que não entendem suas explicações?

As medidas propostas e soluções aprovadas nas plenárias mostraram que tanto os alunos como os professores tinham clareza das barreiras a serem superadas na construção de uma escola pública, menos seletiva e mais democrática, deliberando sobre:

- a) saída da Direção e dos professores fantasmas;
- b) implantação de uma nova proposta didático-pedagógica e administrativa que facilitasse a construção de relações sociais igualitárias, sem autoritarismo, entre professores, alunos, funcionários e a Direção;
- c) novos critérios de avaliação, priorizando os diferentes níveis de aproveitamento e realidade presentes na sala de aula;
- d) novos modelos curriculares que fossem adequados à realidade sócio-econômica e cultural da clientela e que possibilitassem a inserção social e profissional;
- e) elaboração de um novo regimento, que contemplasse o fato de estarem os alunos do noturno majoritariamente inseridos no mercado de trabalho;
- f) necessidade de descentralização e maior autonomia em relação aos órgãos centrais e da própria Secretaria da Educação;
- g) participação dos professores e alunos na escolha da Direção e nas decisões com relação a novas contratações, expulsões, suspensões de alunos

e/ou professores, bem como na utilização dos recursos provenientes da APM (Associação de Pais e Mestres);

- h) reaparelhamento dos laboratórios;
- i) abertura da escola à comunidade, buscando integrá-la nas discussões que ocorrem no seu interior, através de projetos culturais com vistas à melhoria de seu nível cultural e profissional;
- j) criação de um Conselho Deliberativo para implementar as decisões tomadas durante o Congresso³.

Terminado o Congresso, foram formadas comissões mistas (professores, alunos e funcionários) para dar continuidade ao movimento e sensibilizar os que não participaram do mesmo, nem assistiram às plenárias.

A primeira decisão, aprovada pelas comissões e pelo Conselho Deliberativo, foi aproveitar a comemoração cívica do 7 de Setembro para informar a população sobre os problemas e dificuldades existentes na escola. Foram enviados convites a representantes de bairro, aos paroquiais, às associações de moradores e demais entidades representativas do bairro. Buscou-se, dessa forma, o apoio da comunidade para que os órgãos centrais (Delegacias e Secretaria da Educação) respondessem aos apelos e destituíssem a Direção do estabelecimento. Na semana posterior à comemoração do 7 de Setembro, as denúncias continuaram, pois os estudantes colocaram cartazes denunciando o clima tenso e a deterioração das relações no interior da escola, em diferentes pontos do espaço escolar.

O CONFLITO COM A DIREÇÃO

A Direção considerou a colocação de cartazes como "agressão", foi pessoalmente arrancá-los ou pediu para que funcionários o fizessem, e tomou a decisão de suspender os estudantes vistos como responsáveis. O Conselho Deliberativo não aceitou a suspensão arbitrária por parte da Direção, propondo negociar soluções alternativas. Por deliberação do Congresso, a suspensão de alunos seria uma decisão coletiva, e a medida arbitrária tornou ainda mais tensas as relações entre a Direção e os demais segmentos. Os alunos não foram suspensos: houve um recuo por parte da Direção.

Em dezembro de 1983, o Diretor despediu os funcionários pagos com a verba da APM. A escola ficou sem funcionários que respondessem pela Secretaria e sem inspetor de alunos. A Secretaria da Educação enviou, entre dezembro e fevereiro, vários funcionários que passaram a desfilar pela escola, sem nenhum entrosamento com os problemas sequer administrativos.

Em fevereiro de 1984, na volta às aulas, um documento produzido pelo Conselho, relatando os acontecimentos no EESG Prof. Ayres de Moura, foi encaminhado ao Secretário da Educação. Apesar da comissão de professores, alunos e pais não ter sido

recebida pelo Secretário, este ordenou a instauração de uma sindicância para apurar os fatos.

A sindicância foi instaurada e nesse ínterim a Direção suspendeu três professores que tinham participado intensamente do movimento. Os estudantes realizaram uma assembléia e decidiram entrar em greve de solidariedade aos professores suspensos: não entrariam em sala de aula enquanto os professores não voltassem ao trabalho.

O ponto de vista dos alunos

Para os estudantes o momento mais importante da mobilização foi a decisão de realizar a greve em solidariedade aos professores. Greve geralmente vira manchete de jornal, de rádio e televisão quando os trabalhadores organizados, dos diversos setores da economia, se mobilizam para reivindicações da categoria, parando a produção.

É marginal, é raro escutar falar em greve de estudantes secundaristas, mas elas existem, como se pode aprender da síntese que resgatamos para esse artigo⁴.

No que diz respeito ao nível de envolvimento, os estudantes reconheceram que o movimento grevista não foi unitário e explicaram a não-adesão massiva pela falta de consciência de parte dos estudantes, em especial os do 1.º ano, que não vivenciaram o processo desde o início. Estes estudantes sentiam-se pressionados pela presença das três inspetoras, enviadas pela Delegacia de Ensino, durante o período da sindicância. Diante do conflito resolveram realizar uma assembléia onde, após discussões calorosas, colocaram em votação:

- a) passeata até a Secretaria da Educação;
- b) greve por mais um dia;
- c) greve até a volta dos professores suspensos.

A terceira proposta foi vencedora e a greve terminou vitoriosa dez dias depois com o reinício das aulas. Terminada a sindicância, o Diretor foi afastado. A DRECAP 1, ignorando toda a luta pela democratização da escola, enviou um Assistente de Direção para assumir sua administração, o qual foi recusado pela comunidade docente e discente, que convocou o Conselho para a eleição da nova Diretoria, sendo eleita uma professora da escola.

Para os estudantes, além da melhoria na qualidade do ensino, de ter um currículo voltado para suas necessidades e que contemplasse as dificuldades da clientela possibilitando a diminuição do índice de evasão e repetência, o que ficou da mobilização foi a certeza de que deixaram de ser objeto para serem sujeitos de sua própria história.

3 Os pais foram convidados a participar do Congresso, mas sua participação não foi significativa.

4 Apresentamos, no contexto deste artigo, apenas um breve resumo do relato mais detalhado contido na pesquisa original.

OS LIMITES E AVANÇOS DA MOBILIZAÇÃO

A ação social dos professores e alunos do EESG Prof. Ayres de Moura, que se mobilizaram questionando as relações de poder e a rígida hierarquia existente no interior da escola e da sociedade, produziu neste microcosmo novas relações sociais e educacionais. Estas novas relações deveriam vir acompanhadas de uma política descentralizadora por parte do Governo Estadual, de forma que as barreiras e os entraves burocráticos caíssem por terra, para que uma nova concepção de escola e de educação baseadas na autonomia e participação pudessem ser viabilizadas no interior da escola e da sociedade. Em estudo recente, Maria das Mercês F. Sampaio (1988) apontou também os limites que pudemos observar no estudo de caso da mobilização do EESG Prof. Ayres de Moura, ou seja: a estrutura centralizada e burocrática da Secretaria da Educação impediu que a autonomia proposta no Documento de Trabalho n.º 1 pudesse ser vivenciada através da divisão plena de responsabilidades por aqueles que estavam direta ou indiretamente envolvidos com a escola, pois a definição e aplicação dos recursos financeiros, bem como a designação dos ocupantes de cargos e das diretorias dos estabelecimentos, ainda passam pela tutela do Estado (Sampaio, 1988).

A proposta de autonomia e descentralização torna-se portanto demagógica: primeiro por ignorar as bases institucionais da organização política brasileira; segundo, por reforçar uma vez mais a crença no poder da escola para a transformação das estruturas sociais, sem propor nenhuma medida que altere radicalmente a distribuição do excedente econômico. Descentralizar significa uma *remise en cause* da história institucional do país, abolindo as relações clientelistas em moda há séculos. É preciso acabar com o "jeitinho", com o "quebra-galho", com a benção dos padrinhos, ao nível da administração pública e substituir o modelo cultural dominante, onde há o predomínio de formas de pensar, de agir, de hábitos marcados pela centralização do poder de decisão.

Georges Gontcharoff (1982) faz uma análise do significado do termo descentralização e mostra que há, em geral, a invasão progressiva do Estado em todos os domínios da vida privada quotidiana. Urge que a sociedade civil se organize no sentido de obrigar o Estado a lhe devolver poderes de decisão que são seus, não só no plano pedagógico mas no político e no financeiro. A questão é política e vai além do educacional.

Fernando Prestes Motta, assim como outros autores, chamam nossa atenção para as novas formas de participação que aparecem com o desenvolvimento do capitalismo burocrático, que vai progressivamente adaptando as relações de produção, seja no setor primário, secundário ou terciário, às necessidades do capital, com o objetivo determinado de adaptar o indivíduo à sociedade, administrando, assim, os conflitos que surgem sem comprometer o *status quo* e a perda dos privilégios seculares provenientes da ma-

nutenção do poder de decisão nas mãos de uma re-
duzidíssima elite (Motta, 1981; Sandoz, 1980).

Quando se fala em democracia, no Brasil, o conceito utilizado é o da democracia liberal, apenas formal, cujos direitos elementares ainda não são respeitados no país e pelos quais ainda se luta. Nós sabemos que a escola pública e de massa nasce com o advento ao poder da burguesia moderna. É um processo que coincide com o desenvolvimento do capital, que acompanha as profundas inovações da organização produtiva e do desenvolvimento tecnológico ligado à Revolução Industrial. A instrução, antes explicitamente reservada às esferas privilegiadas visando uma função específica de direção, torna-se "um valor no mercado de trabalho".

Se, nos anos 70, a UNESCO⁵, considerando a inevitável expansão do ensino de 2.º grau, recomendou a necessidade do respeito à relação quantidade/qualidade e considerou o ensino de Ciências, o técnico e o agrícola como aspectos importantes a serem levados em consideração na elaboração de uma política educacional, nós acreditamos que a ampliação da base cultural geral para esse nível de ensino e para o povo brasileiro faz-se indispensável na atual conjuntura. É o repensar crítico da ação social que permitirá desmascarar os mecanismos que levam à aceitação passiva e ao conformismo da ordem estabelecida, possibilitando aos indivíduos perceber os limites da democracia liberal e reivindicar o poder de decisão que o Estado burguês nos solapou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRANCO, M. L. P. B. *O ensino de 2.º grau do ponto de vista de seus alunos e egressos*. São Paulo, FCC, 1984. [Relatório de Pesquisa]
- GONTCHAROFF, G. La décentralisation en général. *Revue Centres Sociaux* (179), mai-juin 1982.
- MONTORO, A. F. *Governo democrático: 1982-1986*. São Paulo, 1982. mimeo.
- MOTTA, F. P. *Burocracia e autogestão*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ORTIZ, J. C. *Pirituba e seu desenvolvimento*. 1970. mimeo.
- SAMPAIO, M. M. F. *Ensino regular em período noturno na rede pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1988. Dissert. (mestr.) PUC-SP.
- SANDOZ, G. *Principes et pratiques de la cogestion, autogestion. Privat*. Paris, (2/3), 1980.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Educação. *Documento de Trabalho n.º 1*. 1983. mimeo.
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). *Projeto de Pesquisa O/D: população do município de São Paulo por micro-área*. São Paulo, COGESP, 1982. mimeo.

5 Fazemos referência à Conferência dos Ministros de Educação e dos Ministros encarregados da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, ocorrida na Venezuela de 06 a 15 de dezembro de 1971, organizada pela UNESCO.